



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOSÉ MAURY HALLESON MELO DA SILVA

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA: Instrumento utilizado como
forma de aferição da riqueza gerada no setor de Seguros no Brasil**

NATAL/RN

2017

JOSÉ MAURY HALLESON MELO DA SILVA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA: Instrumento utilizado como forma de aferição da riqueza gerada no setor de Seguros no Brasil

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Victor Branco de Holanda.

Natal/RN

2017

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Silva, José Maury Halleson Melo da.

Demonstração do valor adicionado – DVA: Instrumento utilizado como forma de aferição da riqueza gerada no setor de Seguros no Brasil/ José Maury Halleson Melo da Silva. - Natal, 2017.

48f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Victor Branco de Holanda.

Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Contábeis.

1. Contabilidade social - Monografia. 2. Responsabilidade social - Monografia. . 3. Demonstração do Valor Adicionado - Monografia. 4. Formação de Riqueza - Monografia. 5. Distribuição de Riqueza - Monografia. I. Holanda, Victor Branco de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 657

JOSÉ MAURY HALLESON MELO DA SILVA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA: Instrumento utilizado como forma de aferição da riqueza gerada no setor de Seguros no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado à Banca Examinadora como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Aprovada em 26 de junho de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Victor Branco de Holanda
Orientador

Prof. Raimundo Marciano de Freitas Neto
Membro Avaliador 01

Prof. Ivan Alves do Nascimento
Membro Avaliador 02

Dedico este trabalho de conclusão de curso aos meus pais e a minha esposa que sempre acreditaram e me apoiaram nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por todo apoio e força nos momentos mais difíceis.

A minha amada esposa que sempre me incentivou e me apoiou incondicionalmente.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração.

Ao meu orientador Victor Branco de Holanda, pelas suas correções e incentivos.

Aos professores que me acompanharam nessa formação acadêmica.

A todos que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

*Você nunca alcança o sucesso verdadeiro a menos que
você goste do que está fazendo.*

Dale Carnegie

RESUMO

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA é um instrumento que é utilizado pelas organizações com o intuito de demonstração pública, por meio do balanço social, dos seus compromissos e responsabilidades com o meio no qual estão inseridas. Esta é uma demonstração, cujo objetivo é de demonstrar como a riqueza de uma empresa é formada e distribuída entre os seus usuários internos e externos. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi de analisar por meio da Demonstração do Valor Adicionado a produção e distribuição da riqueza de cinco empresas do setor de Seguros no Brasil nos anos de 2011 a 2016 e de comparar os resultados encontrados com os de outros segmentos. Em relação aos meios de investigação, foi feito um estudo bibliográfico sobre a DVA, por meio de livros e artigos, e uma pesquisa documental, nas demonstrações de valores adicionados disponibilizadas no sítio da CVM, para análise dos indicadores relacionados à produção e distribuição de riquezas. Assim, a pesquisa foi caracterizada como descritiva. Verificou-se que a maior parte da riqueza do setor estudado destina-se em primeiro lugar a Remuneração dos capitais próprios, em segundo lugar aos Impostos, Taxas e contribuições, em terceiro lugar ao Pessoal e por último com o menor percentual de destinação a Remuneração do capital próprio. Foi constatado após a comparação dos resultados encontrados com os de outras pesquisas que o item Remuneração de Capitais Próprios aparece em primeiro lugar com maior destinação do valor adicionado distribuído em dois setores, o de Seguros e o de Energia. E o item que foi identificado em dois setores (Energia e Telefonia) com menor destinação do valor adicionado distribuído foi o de Pessoal.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado. Formação de Riqueza. Distribuição de Riqueza.

ABSTRACT

The Value-Added Statement - DVA is an instrument that is used by organizations for the purpose of public demonstration, through the social balance sheet, their own commitments and responsibilities with the medium without quality. This is a demonstration, whose purpose is to demonstrate how a wealth of a company in your company and distributed among its internal and external users. In this context, the purpose of this research was analyzed through the Statement of Value. Action and wealth distribution of five insurance companies in Brazil in the years 2011 to 2016 and comparison of the results found with those of other segments. Issuance of investigative means, a bibliographic study on VAD was published, through books and articles, and a documentary research, added value demonstrations available at the CVM, to analyze the indicators related to the production and distribution of wealth. Thus, the research was conceived as descriptive. It was verified that the majority of the wealth of the studied sector is destined firstly the Remuneration of the own capital, secondly to the Taxes, Fees and contributions, thirdly to the Personnel and finally with smaller percentage of destination to Remuneration Do Own capital. It was verified after a comparison of the results found with other researches and questions related to the item Remuneration of Own Capital in the first place with greater destiny of the added value distributed in two sectors, the one of Insurance and the one of Energy. And the item that was identified in two sectors (Energy and Telephony) with lowest allocation of the value added distributed was Personnel.

Keywords: Value Added Statement. Formation of Wealth. Distribution of Wealth.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA.....	12
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Geral.....	12
1.2.2 Específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL	13
2.2 CONTABILIDADE SOCIAL.....	16
2.3 BALANÇO SOCIAL	18
2.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	22
2.4.1 Aspectos Históricos	22
2.4.2 Conceito DVA.....	25
2.4.3 Estrutura DVA	27
3 METODOLOGIA	29
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	29
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
3.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	31
4 ANÁLISE DE DADOS	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo cada vez mais conectado e que o acesso a informação por parte da população está se tornando cada dia mais rápido, democrático e fácil, a sociedade passou a ser mais exigente na cobrança para que as empresas tenham mais responsabilidade social. Diante dessa mudança de comportamento por parte da sociedade, os empresários passaram a ver o balanço social como uma maneira de destacar sua marca, produto e imagem. No balanço social a empresa demonstra sua contribuição para o desenvolvimento, educação, qualificação profissional, consciência ambiental, entre os demais assuntos relacionados ao bem-estar social.

Nesse contexto de mudança da forma de relacionamento entre as empresas e a sociedade, a contabilidade tem um papel fundamental na geração de relatórios que serão colocados à disposição dos seus usuários com informações que demonstrem as relações das organizações com o meio no qual estão inseridas. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), como uma das demonstrações que fazem parte do Balanço Social, e o próprio Balanço Social são instrumentos com a capacidade de evidenciar os aspectos econômicos e sociais de uma organização, inovando na abordagem utilizada até então, e se estabelecendo como uma das ferramentas mais precisas para medição dessas relações. É através da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) que se pode distinguir as empresas com perfil de Responsabilidade Social.

As organizações fazem a apuração dos seus resultados ao final de cada exercício social, evidenciando, por meio da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), o lucro ou prejuízo do exercício. Através das informações geradas desta mesma apuração, é elaborada a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) que é formada por duas partes: formação da riqueza e a Distribuição da mesma. Sendo assim, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) busca demonstrar a formação e distribuição da riqueza de uma organização para todos os agentes que contribuem diretamente e indiretamente na formação/distribuição da mesma, ou seja, os empregados, sindicatos, governos, instituições, financiadores, credores, acionistas, proprietários e sociedade.

Nesse contexto, foi realizado um estudo empírico baseado na análise da Demonstração do Valor Adicionado das cinco principais empresas do setor de seguros no Brasil: BB Seguridade e participações S.A, CIA Seguros aliança da Bahia, Porto Seguro S.A, Sul America S.A e Bradesco Seguros S.A, nos exercícios de 2011 a 2016.

1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA é uma demonstração que faz parte do balanço social que tem como objetivo a geração de informações de natureza econômica e Social. Sendo possível avaliar como uma empresa se comporta dentro da sociedade na qual está inserida. Neste contexto, a problemática a ser trabalhada se reveste do seguinte questionamento:

Qual a produção e como estão sendo distribuídas as riquezas geradas (valor adicionado) das principais empresas do setor de Seguros no Brasil? E comparar os resultados encontrados com os de outras pesquisas semelhantes.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

O objetivo deste trabalho é analisar por meio da DVA a produção da riqueza e distribuição da mesma no setor de Seguros no Brasil nos anos de 2011 a 2016 e comparar os resultados encontrados com os de outras pesquisas semelhantes.

1.2.2 Específicos

A análise da DVA gera vários indicadores de desempenho econômico e social, que permitem entre outras coisas:

- a) Verificar se houve crescimento ou uma diminuição da capacidade do setor de Seguros em gerar riqueza;
- b) Mensurar em percentuais a distribuição da riqueza por cada empresa analisada: BB Seguridade e participações S.A, CIA Seguros aliança da Bahia, Porto Seguro S.A, Sul America S.A e Bradesco Seguros S.A;
- c) Analisar a distribuição da riqueza entre os grupos: Pessoal, Impostos, Taxas e Contribuições, Remuneração de Capitais de Terceiros e Remuneração de Capitais Próprios;
- d) Comparar a distribuição da riqueza entre os grupos: Pessoal, Impostos, Taxas e Contribuições, Remuneração de Capitais de Terceiros e Remuneração de Capitais Próprios com outros setores;

1.3 JUSTIFICATIVA

De acordo com A FENACOR – Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, as projeções apontam um crescimento de 6% a 7% para a indústria do seguro no ano de 2017. Valores superiores ao resultado do exercício de 2016, quando o setor registrou um crescimento de 5%. O mercado de seguros vem se alinhando como um dos esteios para retomada do crescimento. Demonstrando ser mais forte que a crise, o setor segue em alta, representa hoje 6,2% do PIB do Brasil, segundo o Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros, recém divulgado pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros (CNseg). Em 2011, a representatividade do setor na economia era de 4,98%.

O setor de seguros, apesar da crise, está crescendo, e de acordo com as projeções do mercado tal crescimento deverá continuar durante os próximos anos, ou seja, é de extrema importância salientar que para que as empresas desse setor tenham resultados financeiros positivos, elas irão utilizar de recursos do meio no qual estão inseridas.

Sendo assim, é de responsabilidade dessas organizações trazer o retorno esperado por elas, seja com projetos sociais, projetos com meio ambiente, seja na geração de empregos para população ou ainda pagando impostos ao Governo. E mais importante do que cumprir com o dever da responsabilidade social é importante demonstrar para a sociedade de forma transparente através de instrumentos contábeis a formação e a distribuição das riquezas geradas.

Um dos instrumentos é o balanço social, juntamente com uma vertente do mesmo, a DVA, que passou a ser obrigatória para as companhias de capital aberto a partir de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.638/2007. Sendo uma das demonstrações mais precisas na medição da relação de responsabilidade social das empresas com a sociedade.

A pesquisa justifica-se na importância da investigação do retorno econômico e social dessa atividade econômica que tem uma grande representatividade no PIB do Brasil. E que só tende a crescer nos próximos anos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Conforme (TINOCO, 2001) Um dos objetivos principais da contabilidade é de emitir informações a respeito da vida das empresas. Por muito tempo, o proprietário do negócio era o

principal usuário dessa informação gerada pela contabilidade e as demonstrações contábeis eram elaboradas exclusivamente para o atendimento das necessidades internas dos gestores.

Contudo, segundo (SANTOS, 2007) diante do aparecimento na década de 60 dos primeiros movimentos sociais nos países europeus (Inglaterra, Alemanha e França), as cobranças relativas à responsabilidade social das organizações se tornaram mais evidentes. Diante dessas exigências, surgiu então, a necessidade de a contabilidade fornecer informações que não só atendessem os usuários internos de uma organização e sim para todos os grupos de usuários, inclusive a comunidade em geral.

Na década de 70, especialmente nos Estados Unidos, surgiram os movimentos sociais em protesto contra as empresas que estavam utilizando uma forma de produção predatória que causavam a exploração do trabalho e do meio ambiente. Diante disso, a comunidade passou pressionar mais as empresas e o Governo cobrando que fossem solucionados os problemas gerados pela industrialização. Nesse contexto o conceito de responsabilidade social passou a abranger os anseios dos usuários externos das organizações e não mais apenas dos usuários internos. Diante desse novo conceito as empresas passaram a cuidar, proteger e preservar a qualidade do ambiente no qual estavam inseridas (BEZERRA, 2007).

Responsabilidade social corporativa é uma forma de gestão que as empresas utilizam para se relacionar de forma transparente e ética com seus usuários internos e externos e que de alguma forma influenciam no resultado final da empresa. Essa forma de relacionamento se dá através de metas empresariais voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável, onde os recursos ambientais e culturais da sociedade são preservados para as próximas gerações (ETHOS, 2017).

Para (BEZERRA, 2007) a responsabilidade social corporativa pode ser definida como uma forma plural de gestão das organizações, onde deve ser colocado em consideração os interesses das várias partes que de alguma forma influenciam no negócio.

De acordo com (CALIXTO, 2005) a responsabilidade social empresarial pode ser definida como uma tática para atingir êxito e maximização de benefícios, diante da promoção de uma resposta positiva para a comunidade, onde é essencial conhecer como as empresas se comportam, sendo importante que se busque uma comunicação efetiva, tendo a credibilidade, ética e transparência como itens básicos, além de uma comunicação estratégica e específica com cada stakeholder.

Segundo (CONCEIÇÃO et al., 2011) no Brasil, foi no final da década de 80, que os estudos feitos pelo sociólogo Herbert de Souza a partir do Instituto Brasileiro de Estudos Sócio econômicos (IBASE) ocasionaram no surgimento da ideia de que fosse praticado a

evidenciação e divulgação por parte das empresas das ações relacionadas a responsabilidade social e que acabou resultando, na concepção de um modelo específico.

Foram criados institutos e normas que ajudaram a consolidar os novos aspectos da responsabilidade social, os institutos são o Global Reporting Initiative (GRI) e o Instituto Ethos que é um dos principais divulgadores e apoiadores na implementação da responsabilidade social no dia a dia das organizações no Brasil. Entre as normas criadas estão: a SA 8000 e a AA 1000. Nesse período também foram propostos o Pacto Global e a elaboração das Metas do Milênio (BEZERRA,2004).

Outra proposta que tem o objetivo de coordenar a divulgação das informações sociais e também de possibilitar a comparação entre as empresas, consiste no guia de indicadores de responsabilidade social corporativa nos relatórios anuais da ONU (UNITED NATIONS, 2017).

As questões relacionadas a responsabilidade social das organizações ganharam mais destaque nos últimos anos, tornando necessária a utilização de instrumentos, ferramentas e demonstrativos capazes de evidenciar as relações entre a empresa e a sociedade. De Luca et al. (2009 p. 10), afirmam que “as empresas estão se convencendo da necessidade de registrar e analisar seu desempenho social da mesma maneira que registram seu desempenho econômico-financeiro”.

Em 1997 foi lançado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) um modelo simplificado de Balanço Social, que é atualmente o mais utilizado pelas organizações no Brasil. Uma das ramificações do balanço social é a demonstração do valor adicionado (DVA), que tem o intuito de evidenciar a geração de riqueza que uma empresa produz e de que forma tal riqueza foi distribuída. Conforme a Lei 11.638/07, apenas as companhias de capital aberto estão obrigadas a publicarem a demonstração do valor adicionado (DVA). Contudo, as organizações vêm divulgando de forma espontânea não só a DVA que é obrigatória, mas todas as outras informações sociais relevantes em seus relatórios contábeis e sociais.

Assim, surgem novos demonstrativos e relatórios que auxiliam na constatação de informações para a sociedade e que ajudam a divulgar tais prática sustentáveis, gerando para as organizações vantagem competitiva frente a seus concorrentes, uma vez que os clientes estão cada vez mais interessados e buscam por empresas com boas práticas e se preocupam com a sua Responsabilidade Social Corporativa (CARDOSO et al., 2015).

2.2 CONTABILIDADE SOCIAL

Conforme (LIMA, 2004) Um dos objetivos da contabilidade é de evidenciar por meio de um sistema de informação a situação econômica, patrimonial e financeira das entidades, sejam estas pessoas físicas, jurídicas e com ou sem fins lucrativos. O contador registra todas as operações e transações realizadas pelas entidades, por meio dessas informações registradas são gerados os demonstrativos contábeis. Onde tais demonstrativos são analisados e podem ser submetidos a auditoria contábil para garantir com fidedignidade a real situação patrimonial, econômica e financeira da entidade.

De acordo com Iudícibus e Marion (2002, p.53) um dos objetivos da contabilidade é “... de fornecer informação de natureza econômica, financeira e subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto de contabilidade.”

Queiroz e Queiroz (2000, p.81) argumentam que “sendo a contabilidade uma enorme fonte de registro, interpretação e informação de dados empresariais e governamentais, deve também passar a preocupar-se com o retorno a ser dirigido a toda a sociedade.”

Para Coelho, Dutra e Cardoso (2000, p.12), A importância da contabilidade social pode ser justificada pela perfeita relação de interdependência que une a sociedade à empresa e estas ao meio ambiente. A contabilização dos eventos que envolvem o meio ambiente e a sociedade tem por escopo mensurar a integração das políticas sócio- econômicas da entidade com o seu desenvolvimento sustentável.

Conforme Santos (2003, p.17), “a contabilidade social ou nacional tem como principal objetivo o fornecimento de informações que possam auxiliar na constituição de base para a tomada de decisão por parte dos gestores governamentais”.

Para que as ações sejam implementadas no tempo hábil. A contabilidade social deve criar mecanismos que permitam a identificação, mensuração e registro das ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento sustentável para que sejam divulgadas e avaliadas. Para que o contador possa ter um desempenho satisfatório nas ações de desenvolvimento sustentável, o mesmo deverá manter um vínculo com o território propenso a ser monitorado e aprofundar-se no assunto em questão, procurando sempre relacioná-lo com as normas e os princípios contábeis que direcionam as atividades desenvolvidas pela contabilidade (LIMA, 2004).

Lopes de Sá (2003) constata que a visão contábil trabalhada no passado está sendo substituída por estudos nas áreas sociais, humanas ambientais. Essa alteração no jeito de compreender o campo da contabilidade está exigindo mudanças doutrinárias, ocasionando no surgimento de pensamentos sob uma ótica mais ampla. O mesmo ainda define a contabilidade

social como sendo o estudo do conhecimento do movimento circulatório de riquezas entre a célula social e a sociedade, onde procura trazer os aspectos de tal interação, mas sem esquecer da função da empresa frente à sociedade.

Perottoni (2001) complementa que um dos fundamentos da contabilidade social é de avaliar as influências das transações econômicas quando efetuadas diante da sociedade. Ela vem para acrescentar aos seus usuários, tanto diretos quanto indiretos sobre os assuntos sociais. Também consegue informar a influência positiva e negativa sobre a circulação de riquezas entre a empresa e a sociedade.

De acordo com (HOLANDA, 2001),

“A contabilidade dever ser estuda, prioritariamente, enquanto uma entidade conceituada como um sistema social, talvez seja esse o maior desafio atual da contabilidade: proporcionar uma adequação em sua estrutura conceitual que seja capaz de atender aos anseios sociais. Para Holanda, a teoria do empreendimento como a teoria contábil que mais se aproxima da necessidade de focar a empresa enquanto um sistema social. Assim, considera que uma entidade contábil é uma instituição social mantida para benefício de muitos grupos interessados, tais como: acionistas, credores, empregados, clientes, governo e o público em geral. De certa forma, esta teoria pode ser considerada como uma teoria social da contabilidade. Apesar da teoria do empreendimento (empresa) caminhar contrária ao ponto de vista tradicional que defende que o resultado é para os "proprietários", pode ser uma teoria cujo tempo é chegado.”

Para Holanda (2001),

“Um significativo segmento da população não entende a informação contábil. A população não interessada na informação contábil não exerce diretamente nenhuma influência no estabelecimento dos objetivos dos sistemas contábeis. Entretanto, indiretamente, todo ambiente do sistema faz algum tipo de pressão sobre a Contabilidade. O sistema contábil é fruto do meio (nesse sentido sofre a ação - é paciente) o sistema contábil também influencia o meio (é causador da ação - é agente). Assim, ousar-se-ia dizer que a sociedade também é, de certa forma, um reflexo da sua Contabilidade.”

Segundo Holanda (2001), O Sistema Contábil ao identificar, mensurar, registrar, acumular e evidenciar a variação da riqueza da entidade, ajuda a torná-la eficiente e eficaz, contribuindo assim para o bem-estar social. E ainda, ao evidenciar a geração e distribuição dessa riqueza produzida pelas entidades ajuda na construção de uma sociedade melhor. Seja, do ponto de vista da justiça, da democracia e da fraternidade.

Prossegue Holanda (2001),

“Alguém poderia contra argumentar que a contabilidade, no Brasil, ainda está longe de ser assim considerada. No entanto, dir-se-ia que ela tem todo o potencial para ser instrumento de progresso e bem-estar social. O importante é que se possa trabalhar numa visão sistêmica, privilegiando a integração. Para isso, é necessária uma

aproximação mais efetiva entre universidades, representantes do governo e das instituições profissionais. Quem sabe, um trabalho adequado sobre a demonstração do valor adicionado (grifo nosso), que reúne ao mesmo tempo simplicidade, clareza, concisão e principalmente evidenciação do uso e destinação dos recursos escassos da sociedade, possa de alguma forma acelerar esse processo. A informação contábil pode efetivamente contribuir para a percepção e compreensão das entidades empresárias como entes, eminentemente, sociais. ”

Com base nos autores citados, fica demonstrada a importância da DVA, inclusive do ponto de vista mais amplo, ou seja, o papel da Contabilidade enquanto Ciência Social.

2.3 BALANÇO SOCIAL

A sociedade moderna está vivendo atualmente em um cenário que as informações são veiculadas de forma cada vez mais rápidas, conseqüentemente a população de forma geral está exigindo das empresas novos conceitos de produtos e serviços (AMARAL, 2006).

A ciência contábil deve ser utilizada como uma ferramenta de controle e informação para todos os setores da sociedade e não apenas como uma ciência social, de forma que essa evolução seja acompanhada (MARTINS et al., 2014).

De acordo com Souza (2008), a ciência contábil pode ser considerada como a linguagem da comunicação empresarial e devido a isso precisa ter uma visão mais abrangente do meio no qual ela está inserida e não apenas focar em gerar informações de aspectos financeiros. As organizações em seu processo de evidenciação (disclousure), estão buscando adicionar nos seus relatórios de gestão normas para o desenvolvimento sustentável, o que condiz com o grau de responsabilidade social diante da exigência da sociedade e do mercado cada vez mais competitivo, reflexo da globalização.

Surge então o Balanço Social como uma ferramenta relevante nesse processo que tem como um dos objetivos ser um meio para que as empresas possam tornar público o seu cuidado com o social, prestando contas (accountability) das atividades e dos seus impactos sociais, econômicos e ambientais (SOUZA, 2008).

Foi no início da década de 90 que a produção anual dos relatórios sociais e ambientais passou por um extenso processo de disseminação e aceitação no meio empresarial. Diante disso, os ditos balanços sociais anuais passaram a fazer parte da realidade de um número cada vez maior de empresas. No ano de 1997, O instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o sociólogo Herbert de Souza passaram a chamar a atenção dos empresários para que o Balanço Social fosse realizado em um modelo único e simplificado (COSTA; GUIMARÃES; MELLO, 2013).

Para (ARNOSTI, 2000) o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) concebeu o Balanço Social, onde já oferecia concepções no método de gestão das empresas para trabalhar com a transparência e a responsabilidade social para os stakeholders (usuários), incluídos direta ou indiretamente no processo mercadológico.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) desenvolveu um modelo padronizado, de fácil leitura e preenchimento, o mesmo passou a ser o mais utilizado pelas corporações. Foram desenvolvidos basicamente três modelos de Balanços Sociais para que houvesse uma melhor adesão ao ramo de atividade das organizações: para micro e pequena empresas; cooperativas; instituições de ensino; fundações e organizações sociais (SOUSA, G. R. et al., 2012).

De acordo com (FREY; FREY; RODRIGUES, 2014) Outro instituto que merece destaque é o Instituto Ethos, o mesmo foi fundado no ano de 1998, tendo como um dos objetivos, encorajar as organizações a implementar o conceito de responsabilidade social, sua missão é de mobilizar, sensibilizar e ajudar as companhias na gestão dos seus negócios com responsabilidade social, fazendo com que essas organizações se tornem parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Seus indicadores sociais podem ser divididos em 7 vertentes: valores e transparência; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores; comunidade; governos e sociedade.

As instituições Brasileiras utilizam três modelos principais para demonstrar seus investimentos sociais, são eles, o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), do Instituto Ethos e do Global Reporting Initiative (GRI) (GODOY, 2007).

Antes dos três principais modelos de Balanços Sociais desenvolvidos pelo instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), pelo Instituto Ethos e do Global Reporting Initiative (GRI). A padronização dos relatórios sociais foi bem mais lenta do que a sua proliferação. Ou seja, as organizações passaram a evidenciar apenas as informações convenientes para elas. Diante disso, dois desafios relativos aos estudos sobre responsabilidade social são enfrentados até hoje, são eles: fazer com que as ações socioambientais sejam comparáveis e verificáveis, ou seja, os relatórios emitidos precisam de um padrão que permita auditoria (como ocorre com os selos e certificações) e comparabilidade com outras organizações (FREGONESI, 2009).

O Balanço Social foi criado no intuito de demonstrar os resultados de investimentos socioambientais das empresas que estão em busca de um desenvolvimento social. O mesmo foi resultado de vários movimentos sociais que passaram a discutir os impactos que o ser humano

causa sobre o meio ambiente, além do próprio do capitalismo, que passou a divulgar informações para expandir lucros e destacar avanços de produtividade e de domínios de mercado (TINOCO; KRAEMER, 2004).

(TINOCO; KRAEMER, 2004) complementam que o balanço social é um instrumento de gestão e informação que objetiva demonstrar, da forma mais transparente e ética possível, informações econômicas, contábeis, ambientais e sociais do desempenho das empresas aos mais distintos usuários.

Assim, o Balanço Social como instrumento de divulgação com esse perfil de informação, pode colaborar no reforço da imagem institucional de organizações, marcas e produtos a elas associados, na medida em que se apresente não apenas como mais um atributo de marketing, mas como um demonstrativo da efetiva responsabilidade social (COSTA; VISCONTI; AZEVEDO, 2000).

O demonstrativo que é elaborado anualmente pelas organizações com o intuito de prestar contas das atividades ambientais e sociais, conhecido como Balanço Social ou relatório de sustentabilidade ou ainda como relatório de responsabilidade social, contém um conjunto de informações sobre ações, projetos, benefícios e serve como ferramenta estratégica para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social empresarial. Uma das funções principais desse relatório é de tornar pública a responsabilidade social corporativa, construindo maiores laços entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente (BERNARDO et al., 2006).

Diante dessa perspectiva os gestores conseguem observar de perto as ações realizadas para o desenvolvimento dos recursos humanos, os programas das ações sociais e de preservação do meio ambiente. Para a sociedade o Balanço Social é um instrumento que informa as ações das organizações que estão contribuindo para a melhoria da qualidade vida da sociedade, constatando os impactos sociais e ambientais que resultam principalmente das atividades corporativas (LIMA, 2004).

Segundo (FREY; FREY; RODRIGUES, 2014) No sentido de evidenciação da responsabilidade social, o Balanço Social pode ser configurado como uma forma de complementação das demonstrações contábeis clássicas, onde foi especialmente criada uma norma pelo Conselho Federal de Contabilidade, a NBCT 15 que trata a respeito da Demonstração de Natureza Social e Ambiental.

O Balanço Social é elaborado para diversos usuários, por ordem podemos destacar os mais relevantes, tem-se: os trabalhadores das organizações; os clientes das organizações; os acionistas que aportam recursos à empresas; os sindicatos; as instituições financeiras, fornecedores e credores; as autoridades fiscais, monetárias e trabalhistas, o Estado; a

comunidade local; os pesquisadores, professores, e todos aqueles formadores de opinião (TINOCO; MORAES, 2008).

Souza (2008), destaca a importância do Balanço Social argumentando que é um demonstrativo contábil que traz na sua estrutura dados sobre os benefícios, projetos e ações sociais que são desenvolvidos pelas empresas e evidencia sua relação com o público interno e externo. Serve também para demonstrar as políticas criadas pelas organizações para seus usuários, explicitando o que faz por seus colaboradores, dependentes e pela comunidade, contribuindo na transparência de suas atividades, tornando público seus compromissos com o desenvolvimento sustentável.

(SANTOS; HASHIMOTO, 2003), complementam que o Balanço Social é um importante demonstrativo e que surgiu como uma nova ferramenta com finalidade de refletir os resultados das corporações sob a ótica socioeconômica, evidenciando os fatos sociais relevantes da organização também sob o enfoque os fatos econômicos, que já vinham sendo reportados nas demonstrações contábeis tradicionais

Desse modo, evidencia juntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da tática de sobrevivência e desenvolvimento da empresa. Pode evidenciar também, através de indicadores, as contribuições à qualidade de vida da sociedade ampliando, assim, o grau de confiança da população na entidade e contribuindo para a valorização da marca (FREY; FREY; RODRIGUES, 2014).

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2006), o Balanço Social, pode ser dividido em quatro áreas: (1) Balanço Ambiental, que observa e descreve a postura da empresa em relação aos recursos naturais do ambiente no qual ela está inserida; (2) Balanço de Recursos Humanos, que visa evidenciar a relação da empresa com os seus colaboradores; (3) Demonstração do Valor Adicionado, que objetiva evidenciar a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está instalada, discriminando o que a empresa agrega de riqueza à economia local, e em seguida, a forma e para qual grupo distribui tal riqueza; e (4) Benefícios e Contribuições à sociedade em Geral, onde se demonstra o que a empresa faz em termos de benefícios sociais.

Na legislação brasileira, o Balanço Social não é obrigatório, porém ele tem sido adotado por diversas instituições, uma vez que agrega valor com a anexação da marca da empresa com valores éticos e responsáveis, sendo, assim, um diferencial num mercado tão competitivo quanto o atual (GODOY, 2007).

Cada vez mais, as entidades privadas estão se comprometendo com o meio social no qual estão inseridas, pois não é aceitável que retirem lucros da sociedade sem uma contrapartida

significativa de responsabilidade social. Vive-se numa época onde ética, transparência e compromisso ambiental/social serão tão relevantes quanto o lucro e a produtividade (FREY; FREY; RODRIGUES, 2014).

2.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

2.4.1 Aspectos Históricos

O tema “riqueza criada pela empresa” é um assunto antigo na literatura econômica, sendo o conceito de valor agregado já conhecido há cerca de duzentos anos, segundo Knell (1986 apud COSENZA; VIEIRA, 2013).

Conforme Quintana e Martins (2008) foi na Europa que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) teve sua origem, contudo encontra-se referência no Tesouro Americano no século XVIII. A sua evolução na Europa ocorreu de forma urgente, tendo em vista que o motivo para essa urgência era a inclusão do Imposto sobre o valor agregado. Foi a partir da década de 70 no Reino Unido, que a Demonstração do valor adicionado DVA Adquiriu enorme popularidade com a publicação em agosto de 1975, do *Corporate Report* pelo *Accounting Standards Steering Committee*, que atualmente chama-se *Accounting Standards Committee*. Tal relatório indicava, entre outras coisas, a preparação da DVA com intuito de demonstrar os esforços e benefícios que a empresa fez, e como eles eram distribuídos pelos provedores de capital, Governo, empregados e reinvestimentos.

Para (CUNHA, 2005) foi bem aceita pelas entidades essa indicação de preparação do demonstrativo. Logo a DVA foi incluída no relatório pelo Reino Unido, *The Future Of Company Reports*, de 1977, inclusive hoje ela encontra-se junto com as demais Demonstrações Contábeis.

Nos Estados Unidos, foi na década de 1920 que ocorreram as primeiras aplicações relativas a informação do valor adicionado, no momento em que o valor adicionado foi utilizado como base no cálculo dos sistemas de pagamentos de incentivos do governo. Tal conceito foi utilizado no âmbito empresarial pela primeira vez através das empresas inglesas na década de 1950. A partir de então, o interesse pelo valor agregado cresceu, principalmente nos anos 70 (COSENZA; VIEIRA, 2013).

Para Santos e Silva (2010) a importância pelo valor agregado surgiu em meados da década de 60, na Europa e nos Estados Unidos, quando foi observado o repúdio da população pela guerra do Vietnã, e que ocasionou em movimento de boicote à aquisição de produtos e

ações de algumas empresas ligadas ao conflito. Com isso, várias organizações passaram a prestar contas dos seus objetivos e ações sociais, começando então a existir uma consciência empresarial voltada para a elaboração e divulgação anual de relatórios com informações de caráter social (SANTOS; SILVA, 2010).

Foi no ano de 1965 que as mudanças de mentalidade empresarial no Brasil puderam ser notadas, com a publicação da carta de princípios do dirigente cristão de empresas, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil). Na década de 1980, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) chegou a criar um modelo de Balanço Social; contudo, foi na década de 1990 que poucas organizações começaram a levar a sério esta questão e a divulgar sistematicamente em balanços e relatórios sociais as ações feitas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio quadro de empregados (DIAS, 2015).

Conforme (CARVALHO et al., 2010) foi no ano 1987, que o sociólogo Hebert de Souza, com seu relevante trabalho social promoveu um ato público que instigou a retomada das discussões relativas ao tema, apresentando parâmetros para preparação e medindo os aspectos associados com a obrigatoriedade da publicação pelas organizações, além disso sugerindo itens que deveriam fazer parte da estrutura do Balanço Social, como a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Nos últimos anos, as empresas estão sendo incentivadas para que divulguem suas informações sociais e o interesse por tal demonstração também faz parte deste processo. Foi no ano de 1989 que ocorreu a primeira publicação sobre este tema, um artigo, feito pelo Eliseu Martins, da Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP. Desde esta época várias pesquisas relativas a este tema estão sendo realizadas (CUNHA, 2002).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com o intuito de harmonizar a contabilidade ao contexto social e assessorar na divulgação de informações de natureza social editou em 2004 a Resolução nº 1.003-04 que aprovou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Continuando com esta política, de incluir na Contabilidade informações de natureza social, aprovou em 2005, por meio da resolução nº 1.010/2005, uma norma, a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta norma trouxe as informações que deveriam ser evidenciadas na DVA e como se daria a sua estrutura. A CVM – Comissão de Valores Mobiliários por meio do Ofício – Circular CVM/SEP nº 001/2008, já incentivava e apoiava a apresentação de informações de natureza social. Com a finalidade de incentivar as companhias apresentou um modelo simplificado de Demonstração do Valor Adicionado – DVA, baseado

no modelo do FIPECAFI, com instruções para seu preenchimento. A CVM através do Ofício – Circular nº 1/2000, também apresentou o seu modelo (IN CVM nº 469/maio/2008, artigo 6º e Nota Explicativa à IN CVM Nº 469/maio/2008) (AZEVEDO, 2009).

Ocorreram várias tentativas de criar a obrigatoriedade de publicação da Demonstração do valor adicionado (DVA) aconteceram em virtude das ações governamentais antes de 2007, de maneira implícita em projetos que vislumbravam utilizar o VA na regulamentação de políticas salariais, como instrumento de aferição da participação dos funcionários na distribuição de lucros, nos resultados da empresa, em ganhos de produtividade do trabalho, ou como instrumentos de integração entre o capital e o trabalho e de incentivo à produção. Diante disso, o então Senador Fernando Henrique Cardoso encaminhou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 155, que instituía a Comissão Nacional do Custo de Vida no Ministério do Trabalho, objetivando associar a remuneração dos trabalhadores com os resultados da empresa (WINK, 2015).

Finalmente, no ano de 2007 foi aprovada a lei 11.638/07 que veio com as mudanças tão esperadas desde o Projeto de Lei nº 3.741/2000 para a lei das Sociedades Anônimas, a Lei 6.404/76. Uma das alterações foi à inclusão da Demonstração do Valor Adicionado ao art. 176 da Lei 6.404/76. A lei 11.638/07 trouxe a obrigatoriedade de elaboração e divulgação da DVA para as Companhias Abertas (S/A) e deixou facultativo para as demais sociedades, S/A de Capital Fechado e Limitada (Ltda.), a sua elaboração. O principal objetivo da 11.638/07 foi atualizar as regras contábeis brasileiras e acelerar a harmonização destas regras com os pronunciamentos internacionais, especialmente os do IASB. A DVA, apesar de ter sido incluída nas alterações da lei, não consta nos pronunciamentos do IASB. Em decorrência do processo de harmonização dos padrões contábeis foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O CPC foi criado através da resolução do CFC nº 1.055/05 com o objetivo de emitir pronunciamentos técnicos sobre os procedimentos de contabilidade visando à convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. O CPC, após a lei 11.638/07, emitiu, entre outros pronunciamentos, o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Este pronunciamento, assim como a NBC T 3.7, traz informações sobre a finalidade, estrutura e elaboração da DVA (CORRÊA, 2010).

A Distribuição do Valor Adicionado (DVA), previamente à normatização contábil, já tinha sido incluída como um dos novos indicadores do modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE, e, um ano após, em 2002, a DVA foi referenciada pelo Instituto Ethos, para ser exposta como uma demonstração constituinte do Relatório de Sustentabilidade, conforme proposto pelo

Guia de Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade do Instituto Ethos (FREY; FREY; RODRIGUES, 2014).

2.4.2 Conceito DVA

Do ponto de vista de Santos (2007) e Santos et al. (2013), a demonstração do valor adicionado (DVA) é a forma criada pela contabilidade mais eficiente no suporte para mensuração e demonstração da capacidade de formação, também como de distribuição da riqueza produzida pelas empresas.

Pinto e Freire (2013) complementam apontando que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) indica a política praticada pela empresa diante dos seus vários usuários de interesse, além de demonstrar informações macroeconômicas.

Para Vasconcelos et al. (2013) a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) diante das demonstrações tradicionais, é vista como uma nova dimensão de informações para os stakeholders. Pois as demonstrações tradicionais tinham como objetivo divulgar informações econômicas sobre as organizações quase que exclusivamente para os seus proprietários e para o Governo.

O (CPC 09, 2008) define a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como:

Componente importantíssimo do Balanço Social, criada pela contabilidade. Trata-se de um instrumento de medição e demonstração da capacidade de geração e distribuição de riqueza de uma determinada entidade aos stakeholders. Através da DVA é possível estabelecer um paralelo entre o valor adicionado utilizado pelo segmento econômico e a distribuição econômica da entidade para cada segmento com o qual ela se relaciona, constituindo-se o PIB, gerado pela organização. Dessa forma, o valor adicionado está diretamente relacionado à formação do PIB de um país, sendo utilizado na macroeconomia para mensuração desse valor.

De acordo com Guimarães e Mello (2013) A publicação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pelas empresas no Brasil institui um ótimo avaliador da distribuição da riqueza das organizações para a sociedade, possibilitando que os indicadores entre empresas do mesmo setor possam ser comparados, provocando também um crescimento das informações das entidades à disposição dos seus usuários e partes interessadas.

A CVM, em sua Nota Explicativa à Instrução CVM Nº. 469, de 2 de maio de 2008, explicita que:

A DVA é uma demonstração bastante útil, inclusive do ponto de vista macroeconômico, uma vez que, conceitualmente, o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) de um país representa, na verdade, o seu produto interno bruto - PIB. Existe, entretanto, uma diferença temporal entre o modelo econômico e modelo contábil de DVA. Enquanto o primeiro utiliza o conceito de produção, a demonstração

contábil utiliza o conceito de vendas para obter o valor adicionado ou riqueza criada pela empresa.

(CORREIA, 2010) complementa que a uma das finalidades da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é de demonstrar a geração de riqueza das entidades e distribuição desta riqueza para a sociedade no qual estão inseridas. O Valor adicionado exibe um conceito econômico e outro contábil. Do ponto de vista econômico significa o quanto de riqueza a empresa pode agregar aos insumos de sua produção que foram pagos a terceiros. Do ponto de vista Contábil o valor adicionado é a diferença entre o valor das vendas e os insumos pagos a terceiros.

De Luca et al. (2009) asseguram que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) objetiva detectar e evidenciar o valor da riqueza gerada pela empresa e como essa riqueza foi distribuída entre os agentes econômicos que colaboraram para sua geração. Portanto, a DVA demonstra duas informações essenciais em sua apresentação: a formação da riqueza, ou valor adicionado gerado, e a distribuição dessa riqueza, conhecida também por valor adicionado distribuído.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), de maneira geral, é aferida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Engloba também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferidos à empresa (CATAPAN; BARROS; TEODORO, 2011).

Para (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005) A demonstração do Valor Adicionado é um relatório contábil com o intuito de divulgar os benefícios que as empresas proporcionam para a sociedade e também de demonstrar a sua capacidade de colaborar para o desenvolvimento econômico. Demonstra ainda um mapeamento de como essa riqueza é distribuída aos seus diversos componentes, tais como empregados, governo, financiadores, proprietários.

(TINOCO; MORAES, 2008) complementam dizendo que a Demonstração do Valor Adicionado, por meio dos dados extraídos da Demonstração de Resultados, demonstra a riqueza formada pela empresa e como tal riqueza foi distribuída entre os vários setores que contribuíram direta ou indiretamente, principalmente, para os investidores, proprietários e o Governo, portanto, objetiva informar os usuários interessados no lucro líquido.

Comparando a DRE com a DVA, é notado que a DRE está mais direcionada para os usuários que obtêm interesse em conhecer o resultado líquido da empresa em um determinado período de tempo, ou seja, os proprietários, sócios e acionistas. E a DVA evidencia, além do lucro dos investidores, também a quem de alguma forma contribuiu na formação da riqueza gerada pela empresa, ou seja, o quanto adicionou de valor a seus fatores de produção, e de que

forma essa riqueza foi distribuída entre empregados, governo, acionistas e financiadores de capital (SILVA; BARBOSA; FERREIRA, 2013).

2.4.3 Estrutura DVA

Conforme já foi falado anteriormente, a entidade precisa elaborar a DVA e apresentá-la como parte integrante das suas demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício social. Proporcionado aos usuários das demonstrações contábeis informações sobre o valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período de tempo e sua distribuição entre os elementos que contribuem para sua geração. Conforme o Conselho Federal de Contabilidade a distribuição da riqueza criada deve ser detalhada, minimamente, da seguinte forma: (a) pessoal e encargos, (b) impostos, taxas e contribuições, (c) juros e aluguéis, (d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos e (e) lucros retidos/prejuízos do exercício (CPC 09, 2008).

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC determina que as entidades comerciais, industriais e prestadoras de serviços devem utilizar o Modelo I, sendo aplicável para empresas em geral. Já para as empresas com atividades específicas, como por exemplo: instituições financeiras bancárias e de seguros, essas devem fazer uso respectivamente dos modelos específicos II e III, conforme Norma Resolução CFC nº 1.138/2008 (AZEVEDO, 2009, p.143).

Apresenta-se a seguir a Tabela 1 que demonstra a estrutura sugerida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para ser utilizada pelas empresas que exercem as atividades de seguro e previdência:

Tabela 1: Estrutura Modelo (SUSEP)

DESCRIÇÃO	Em Milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 RECEITAS		
1.1 Receitas com operações de seguros		
1.2 Receitas com operações de previdência complementar		
1.3 Rendas com taxas de gestão e outras taxas		
1.4 Outras		
1.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS		
2.1 Operações de seguros		
2.2 Operações de previdência		
3 RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL (1+2)		

- 4 BENEFÍCIOS E SINISTROS**
 - 4.1 Sinistros
 - 4.2 Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados
 - 4.3 Despesas com benefícios e resgates
 - 4.4 Variação da provisão de eventos ocorridos, mas não avisados
 - 4.5 Outras
- 5 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS**
 - 5.1 Materiais, energia e outros
 - 5.2 Serviços de terceiros, comissões líquidas
 - 5.3 Variação das despesas de comercialização diferidas
 - 5.4 Perda / Recuperação de valores ativos
- 6 VALOR ADICIONADO BRUTO (3-4-5)**
- 7 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO**
- 8 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (6-7)**
- 9 VALOR ADICIONADO RECEBIDO/CEDIDO EM TRANSFERÊNCIA**
 - 9.1 Receitas financeiras
 - 9.2 Resultado de equivalência patrimonial
 - 9.3 Resultado com operações de resseguros cedidos
 - 9.4 Resultado com operações de cosseguros cedidos
 - 9.5 Outras
- 10 VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (8+9)**
- 11 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO ***
 - 11.1 Pessoal
 - 11.1.1 Remuneração direta
 - 11.1.2 Benefícios
 - 11.1.3 F.G.T.S
 - 11.2 Impostos, taxas e contribuições
 - 11.2.1 Federais
 - 11.2.2 Estaduais
 - 11.2.3 Municipais
 - 11.3 Remuneração de capitais de terceiros
 - 11.3.1 Juros
 - 11.3.2 Aluguéis
 - 11.3.3 Outras
 - 11.4 Remuneração de Capitais Próprios
 - 11.4.1 Juros sobre o Capital Próprio
 - 11.4.2 Dividendos
 - 11.4.3 Lucros retidos / Prejuízo do exercício
 - 11.4.4 Participação dos não-controladores nos lucros retidos (apenas p/ consolidação)
- * O total do item 11 deve ser exatamente igual ao item 10.

3 METODOLOGIA

Conforme Gil (1994, p.42), metodologia é “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”, ou seja, através da demonstração do caminho seguido pelo autor, buscar respostas ou soluções para o problema estudado para atingir os objetivos da pesquisa, inicialmente apresentados.

Os delineamentos estão no rol dos procedimentos metodológicos, onde possuem um importante papel na pesquisa científica, no sentido de articular planos e estruturas com o objetivo de obter respostas para os problemas de estudo. Não há um tipo de delineamento particular para o estudo de questões relacionadas à Contabilidade. Contudo, encontram-se tipos de pesquisas que mais se ajustam a investigação de problemas desta área do conhecimento (RAUPP; BEUREN, 2006).

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Acredita-se que as tipologias de delineamento de pesquisa que são mais aplicáveis à contabilidade, estão ordenadas em três grupos: pesquisa quanto aos objetivos, que abrange a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa; pesquisa quanto aos procedimentos, que contempla estudo de caso, levantamento, bibliográfica, documental, participante e experimental; e a pesquisa quanto à abordagem do problema, que compreende a pesquisa qualitativa e quantitativa (RAUPP; BEUREN, 2006).

No tocante aos objetivos, essa pesquisa se enquadra como descritiva, pois tem o objetivo de analisar o Demonstrativo do Valor Adicionado no sentido de verificar como foi formada a riqueza no setor de seguros no Brasil e como essa riqueza foi distribuída aos seus agentes envolvidos.

Para de Gil (1999), o objetivo principal da pesquisa descritiva é de descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento das relações entre variáveis. A utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados é uma de suas características mais importantes (apud RAUPP; BEUREN, 2006).

De acordo com Triviños (1987), o estudo descritivo requer do pesquisador uma delimitação precisa de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados, cujo objetivo é conferir validade científica à pesquisa (apud RAUPP; BEUREN, 2006).

Quanto aos procedimentos de pesquisa empregados, ou seja, a forma como se conduz o estudo e se obtém os dados, essa pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental.

Bibliográfica, pois utilizou-se de materiais já existentes, constituídos de livros e artigos científicos (GIL, 1999 apud RAUPP; BEUREN, 2006), bem como, abrange referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros (RAUPP; BEUREN, 2006).

A pesquisa é também documental, que conforme Silva e Grigolo (2002 apud RAUPP; BEUREN, 2006) trata-se de uma pesquisa que se vale de materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico aprofundado, sendo assim, foram utilizadas informações obtidas através de documentos contábeis advindos da CVM.

A pesquisa documental objetiva, coletar, tratar e interpretar a informação bruta, procurando obter dela algum sentido e dessa forma lhe agregar valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica (SILVA; GRINGOLO, 2002 apud RAUPP; BEUREN, 2006).

Sobre à abordagem do problema este estudo segue a tipologia quantitativa, pois trabalha com dados numéricos, sob forma de análise como, por exemplo, a colocada por Raupp e Beuren (2006) que é a que emprega “instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento de dados”. Nesta pesquisa utilizou-se a mensuração do indicador de desempenho econômico-financeiro Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizado um estudo empírico para elaboração deste trabalho, baseado na análise da Demonstração do Valor Adicionado de cinco empresas que fazem parte do setor de Seguros no Brasil: BB Seguridade participações S.A, Cia Seguros Aliança da Bahia, Porto Seguro S.A, Sul America S.A e Bradesco S.A. O SINCOR elaborou um ranking por faturamento com uma população de 74 empresas, onde foi escolhida uma amostra para esta pesquisa de cinco empresas com um faturamento que representa aproximadamente 70% do faturamento total da população.

Foram analisadas demonstrações contábeis e sociais do exercício de 2011 a 2016, obtidas através de uma pesquisa bibliográfica e documental nos sites da SUSEP e da CVM, complementada por uma pesquisa nos sites das próprias empresas.

Foi realizada por meio do *software* Microsoft Excel a manipulação das informações coletadas do período de 2011 a 2016, no qual foram geradas as análises descritivas, assim como, a elaboração de gráficos.

Após isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica e análise com base nas publicações dos relatórios de empresas brasileiras do segmento de Seguros, com o objetivo de permitir uma análise das evoluções e da participação dos principais agentes, tais como governo através dos tributos, dos empregados, dos terceiros e dos acionistas.

3.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa empírica analisou a Demonstração do Valor Adicionado das cinco principais empresas de Seguros do Brasil. Entretanto, apesar da Lei nº 11.638/2007 apontar que a DVA é um documento obrigatório para as empresas de capital aberto, houve insuficiência de informações por parte de uma empresa estudada – BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A – que não exibiu todas suas demonstrações financeiras nos sites habilitados, principalmente a DVA, deixando o objeto de estudo restrito e podendo ter prejudicado a pesquisa no sentido de permitir uma melhor relação de comparabilidade entre os resultados apurados.

4 ANÁLISE DE DADOS

Esta pesquisa foi elaborada com base nas demonstrações contábeis e sociais, objeto de análise de cinco empresas, do mesmo setor, dessas cinco, quatro possuem capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Os dados dessas empresas, utilizados nesta pesquisa, estão disponíveis nos sítios da SUSEP e da CVM.

Para a análise da geração e distribuição da riqueza em empresas brasileiras, através da DVA, foram analisadas as cinco principais organizações desse setor, quatro possuem capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo.

Apresenta-se a seguir a Tabela 2 que mostra o montante de Valor Adicionado a Distribuir. Essa tabela apresenta os dados relativos aos anos de 2011 a 2016 das principais empresas do setor de Seguros no Brasil.

Tabela 2: Valor Adicionado a Distribuir

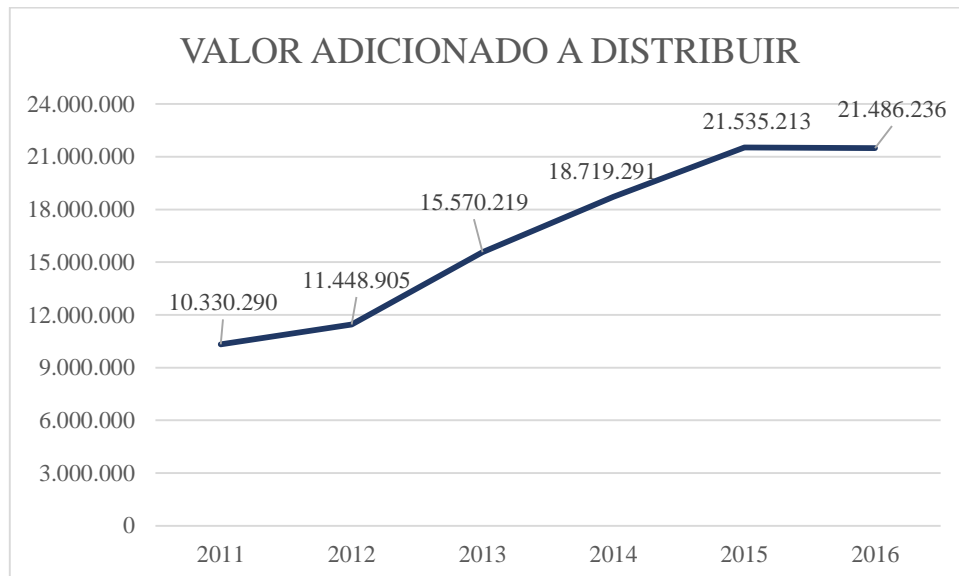
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR						
Empresas	2011	2012	2013	2014	2015	2016
BB. SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A	-	-	3.103.877	4.354.561	5.241.495	5.224.641
CIA SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA	58.740	43.262	42.691	71.823	88.345	101.632
PORTO SEGURO S.A	2.255.482	2.607.532	2.773.998	3.143.879	3.596.977	3.728.723
SUL AMERICA SEGURO S.A	1.462.906	1.581.840	1.722.053	2.069.702	2.607.368	2.558.286
BRADESCO SEGUROS S.A	6.553.162	7.216.271	7.927.600	9.079.326	10.001.028	9.872.954
TOTAL	10.330.290	11.448.905	15.570.219	18.719.291	21.535.213	21.486.236

Fonte: elaboração própria, 2017.

(Valores expressos em milhares de R\$)

Por meio do Gráfico 1 podemos verificar que o setor de Seguros no Brasil aumentou sua capacidade de produção do valor adicionado no período de 2011 a 2016.

Gráfico 1: Valor Adicionado a Distribuir das principais empresas de Seguros no Brasil



Fonte: elaboração própria, 2017.

(Valores expressos em milhares de R\$)

A Tabela 3 mostra como o valor adicionado gerado pela BB Seguridade Participações S.A foi distribuído entre os agentes geradores dessa riqueza. Verifica-se da análise da DVA da BB Seguridade Participações S.A como ela é formada, qual é o valor adicionado gerado pela empresa, assim como, a distribuição aos beneficiários desse valor, que são: Pessoal, Governo, Terceiros e os Acionistas.

Tabela 3: Distribuição do Valor Adicionado da BB Seguridade Participações S.A

BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A					
Período	Distribuição do Valor Adicionado	Pessoal	Impostos, Taxas e Contribuições	Remuneração de Capitais de Terceiros	Remuneração de Capitais Próprios
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2013	3.103.877	25.581	604.544	0,00	2.473.752
%	100%	0,82%	19,48%	0,00%	79,70%
2014	4.354.561	40.858	857.020	0,00	3.456.683
%	100%	0,94%	19,68%	0,00%	79,38%
2015	5.241.495	46.673	987.390	0,00	4.207.432
%	100%	0,89%	18,84%	0,00%	80,27%
2016	5.224.641	54.637	1.156.152	0,00	4.013.852
%	100%	1,05%	22,13%	0,00%	76,83%

Fonte: elaboração própria, 2017.

(Valores expressos em milhares de R\$)

Em razão da BB Seguridade Participações S.A não expor todas suas demonstrações financeiras, principalmente a DVA, o presente estudo foi limitado a apenas estudar os anos de 2013 e 2016 dessa empresa.

Constata-se que em 2013 o percentual destinado ao Pessoal ficou com 0,82%, no ano seguinte subiu para 0,94%, em 2015 esse percentual diminuiu para 0,89% e em 2016 aumentou para 1,05% do valor adicionado gerado. Essa destinação de aproximadamente 1% no período analisado pode ser justificada pelo fato da BB Seguridade Participações ser uma empresa controlada pelo Banco do Brasil S.A onde estão centralizados os negócios de seguros, previdência aberta e capitalização. Sendo organizada como uma empresa de participações (“holding”), a companhia atua, por meio de suas coligadas e controladas, conforme o relatório da administração o número de funcionários em 2016 foi de apenas 149, sendo que grande parte desses funcionários são cedidos pelo banco do Brasil.

Foi verificado que em 2013 o percentual destinado aos impostos, taxas e contribuições foi de 19,48%, em 2014 foi de 19,68%, em 2015 diminuiu para 18,84% e em 2016 aumentou para 22,13% do valor adicionado gerado. Foi constatado que o percentual destinado a remuneração do capital próprio em 2013 foi de 79,70%, em 2014 foi de 79,38%, em 2015 aumentou para 80,27% e em 2016 diminuiu para 76,83%.

Através do Gráfico 2, podemos visualizar com mais clareza que o item remuneração do capital próprio foi o que recebeu a maior percentagem, cerca de 80% do valor adicionado no período de 2013 a 2016.

Gráfico 2: Distribuição do Valor Adicionado da BB Seguridade Participações S.A



Fonte: elaboração própria, 2017.

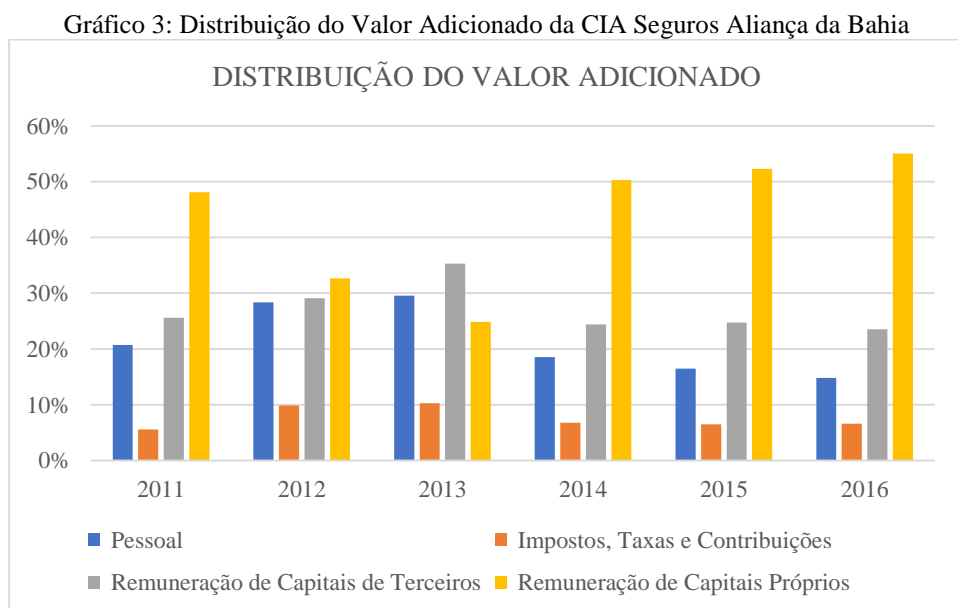
A Tabela 4 especifica como o valor adicionado gerado pela CIA Seguros Aliança da Bahia foi distribuído entre os agentes geradores dessa riqueza. Verifica-se da análise da DVA da CIA Seguros Aliança da Bahia como ela é formada, qual é o valor adicionado gerado pela empresa, assim como, a distribuição aos beneficiários desse valor, que são: Pessoal, Governo, Terceiros e os Acionistas.

Tabela 4: Distribuição do Valor Adicionado da CIA Seguros Aliança da Bahia

CIA SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA					
Período	Distribuição do Valor Adicionado	Pessoal	Impostos, Taxas e Contribuições	Remuneração de Capitais de Terceiros	Remuneração de Capitais Próprios
2011	58.740	12.166	3.285	15.036	28.253
%	100%	20,71%	5,59%	25,60%	48,10%
2012	43.262	12.259	4.281	12.580	14.142
%	100%	28,34%	9,90%	29,08%	32,69%
2013	42.691	12.623	4.398	15.063	10.607
%	100%	29,57%	10,30%	35,28%	24,85%
2014	71.823	13.335	4.881	17.508	36.099
%	100%	18,57%	6,80%	24,38%	50,26%
2015	88.345	14.553	5.733	21.875	46.184
%	100%	16,47%	6,49%	24,76%	52,28%
2016	101.632	15.039	6.717	23.922	55.954

%	100%	14,80%	6,61%	23,54%	55,06%
Fonte: elaboração própria, 2017.			(Valores expressos em milhares de R\$)		

Constata-se que em 2011 o percentual destinado ao Pessoal foi de 21,71%, aumentando no ano seguinte para 28,34%, em 2013 foi de 29,57%, em 2014 diminuiu para 18,57%, em 2015 diminuiu para 16,47% e em 2016 diminuiu para 14,80% do valor adicionado gerado. Foi verificado que em 2011 o percentual destinado aos Impostos, Taxas e Contribuições foi de 5,59%, no ano seguinte foi de 9,90%, em 2013 foi de 10,30%, em 2014 diminuiu para 6,80%, em 2015 foi de 6,49% e em 2016 foi de 6,61% do valor adicionado gerado. Foi constatado que em 2011 o percentual destinado a Remuneração de Capitais de Terceiros foi de 26,60%, em 2012 foi de 29,08%, em 2013 aumentou para 35,28%, em 2014 diminuiu para 24,38%, em 2015 foi de 24,76% e em 2016 foi de 23,54% do valor adicionado gerado. Foi verificado que em 2011 o percentual destinado a Remuneração de Capitais próprios foi de 48,10%, em 2012 diminuiu para 33,69%, em 2013 foi de 24,85%, em 2014 aumentou para 50,26%, em 2015 foi de 52,28% e em 2016 aumentou para 55,06% do valor adicionado gerado.



Fonte: elaboração própria, 2017.

Através do Gráfico 3, foi constatado que o item com maior percentual de destinação foi o de Remuneração de Capitais Próprios, com cerca de 55% do valor adicionado gerado.

A Tabela 5 especifica como o valor adicionado gerado pela Porto Seguro S.A foi distribuído entre os agentes geradores dessa riqueza. Verifica-se da análise da DVA da CIA Seguros Aliança da Bahia como ela é formada, qual é o valor adicionado gerado pela empresa,

assim como, a distribuição aos beneficiários desse valor, que são: Pessoal, Governo, Terceiros e os Acionistas.

Tabela 5: Distribuição do Valor Adicionado da Porto Seguro S.A

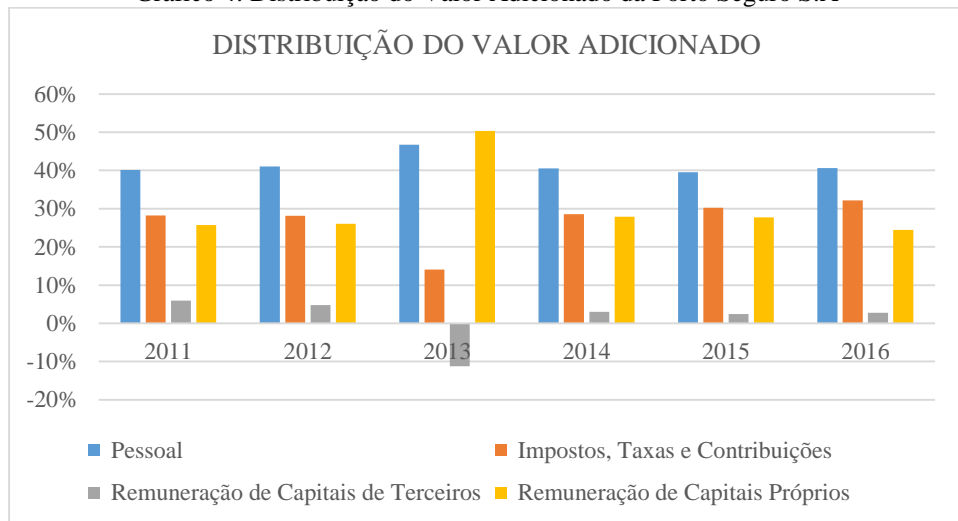
PORTO SEGURO S.A					
Período	Distribuição do Valor Adicionado	Pessoal	Impostos, Taxas e Contribuições	Remuneração de Capitais de Terceiros	Remuneração de Capitais Próprios
2011	2.255.482	905.646	636.427	133.242	580.167
%	100%	40,15%	28,22%	5,91%	25,72%
2012	2.607.532	1.070.130	732.976	124.428	679.998
%	100%	41,04%	28,11%	4,77%	26,08%
2013	2.773.998	1.297.565	389.793	-310.671	1.397.311
%	100%	46,78%	14,05%	-11,20%	50,37%
2014	3.143.879	1.273.466	898.638	95.587	876.188
%	100%	40,51%	28,58%	3,04%	27,87%
2015	3.596.977	1.423.621	1.088.232	86.782	998.342
%	100%	39,58%	30,25%	2,41%	27,76%
2016	3.728.723	1.514.922	1.199.415	103.040	911.346
%	100%	40,63%	32,17%	2,76%	24,44%

Fonte: elaboração própria, 2017.

(Valores expressos em milhares de R\$)

Verifica-se na Tabela 5, que em 2011 foi destinado o percentual de 40,15% para o Pessoal, no ano seguinte o percentual foi de 41,04%, em 2013 aumentou para 46,78%, em 2014 diminuiu para 40,51%, em 2015 foi de 39,58% e em 2016 aumentou para 40,63% do valor adicionado gerado. Foi verificado que em 2011 o percentual destinado aos Impostos, Taxas e Contribuições foi de 28,22%, em 2012 foi de 28,11%, em 2013 diminuiu para 14,05%, em 2014 aumentou para 28,58%, em 2015 foi de 30,25% e em 2016 aumentou para 32,17% do valor adicionado gerado. Foi constatado que em 2011 o percentual destinado a Remuneração de Capitais de Terceiros foi de 5,91%, em 2012 foi de 4,77%, em 2013 foi de 11,20% negativo, em 2014 aumentou para 3,04%, diminuindo para 2,41% e 2,76% em 2015 e 2016 respectivamente do valor adicionado gerado. Foi verificado que em 2011 o percentual destinado a Remuneração de Capitais Próprios foi de 25,72%, sendo de 26,08% em 2012, em 2013 aumentou para 50,37%, em 2014 diminuiu para 27,87%, em 2015 diminuiu para 27,76% e em 2016 diminuiu novamente para 24,44% do valor adicionado gerado.

Gráfico 4: Distribuição do Valor Adicionado da Porto Seguro S.A



Fonte: elaboração própria, 2017.

Através do Gráfico 4, visualizamos que item com maior percentual do valor adicionado gerado no período de 2011 a 2016 foi o de Pessoal, com cerca de 40% do valor adicionado gerado. Seguido do item Remuneração de Capitais Próprios, Impostos, Taxas e Contribuições e Remuneração de Capitais de Terceiros, respectivamente.

A Tabela 6 demonstra a distribuição do valor adicionado da Sul America S.A e dos seus agentes.

Tabela 6: Distribuição do Valor Adicionado da Sul America S.A

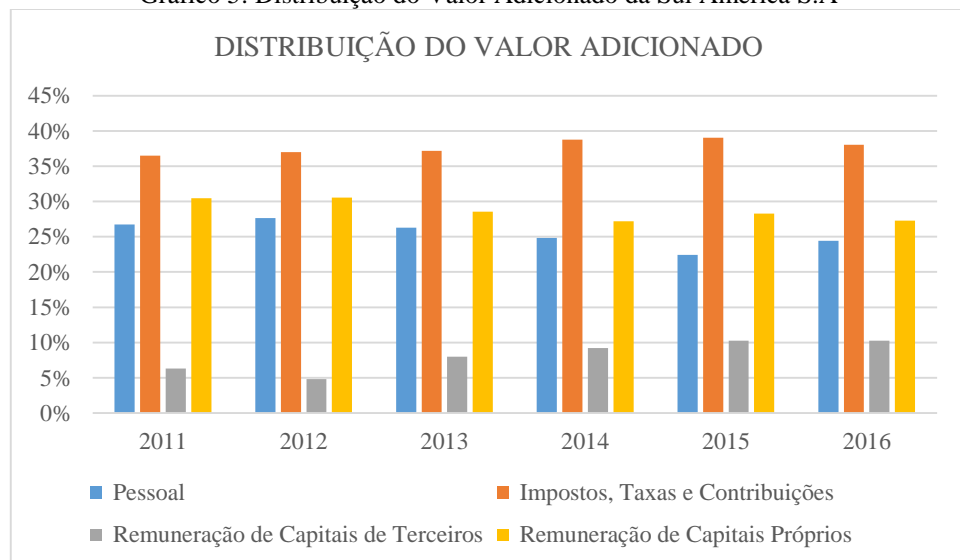
SUL AMERICA S.A					
Período	Distribuição do Valor Adicionado	Pessoal	Impostos, Taxas e Contribuições	Remuneração de Capitais de Terceiros	Remuneração de Capitais Próprios
2011	1.462.906	390.806	533.932	92.486	445.682
%	100%	26,71%	36,50%	6,32%	30,47%
2012	1.581.840	437.457	585.233	75.902	483.248
%	100%	27,65%	37,00%	4,80%	30,55%
2013	1.722.053	452.525	640.269	137.824	491.435
%	100%	26,28%	37,18%	8,00%	28,54%
2014	2.069.702	514.383	802.060	190.552	562.707
%	100%	24,85%	38,75%	9,21%	27,19%
2015	2.607.368	584.317	1.017.660	267.719	737.672
%	100%	22,41%	39,03%	10,27%	28,29%
2016	2.558.286	624.795	972.688	262.382	698.421
%	100%	24,42%	38,02%	10,26%	27,30%

Fonte: elaboração própria, 2017.

(Valores expressos em milhares de R\$)

Foi possível verificar que o percentual destinado ao Pessoal em 2011 foi de 26,71%, em 2012 foi de 27,65%, em 2013 foi de 26,28%, em 2014 diminuiu para 24,85%, em 2015 diminuiu para 22,41% e em 2016 aumentou para 24,42% do valor adicionado gerado. Foi constatado que em 2011 o percentual destinado aos Impostos, Taxas e Contribuições foi de 36,50%, em 2012 foi de 37%, em 2013 foi de 38,18%, em 2014 foi de 38,75%, em 2015 foi de 39,03% e em 2016 diminuiu para 38,02% do valor adicionado gerado, sem muita oscilação no período para este item. Foi observado que em 2011 o percentual destinado a Remuneração de Capitais de Terceiros foi de 6,32%, em 2012 foi de 4,80%, em 2013 foi de 8%, em 2014 foi de 9,21%, em 2015 foi de 10,27% e em 2016 foi de 10,26% do valor adicionado gerado. Foi verificado que o percentual destinado a Remuneração de Capitais Próprios em 2011 foi de 30,47%, em 2012 foi de 30,47%, em 2013 foi de 28,54%, em 2014 foi de 27,29%, em 2015 foi de 28,19% e em 2016 foi de 27,30% do valor adicionado gerado.

Gráfico 5: Distribuição do Valor Adicionado da Sul America S.A



Fonte: elaboração própria, 2017.

Através do Gráfico 5, visualizamos que item com maior percentual do valor adicionado gerado no período de 2011 a 2016 foi o de Impostos, Taxas e Contribuições, com cerca de 40% do valor adicionado gerado. Seguido do item Remuneração de Capitais Próprios, Impostos, Pessoal e Remuneração de Capitais de terceiros, respectivamente.

A Tabela 7 demonstra a distribuição do valor adicionado da Bradesco Seguros S.A e dos seus agentes.

Tabela 7: Distribuição do Valor Adicionado da Bradesco Seguros S.A

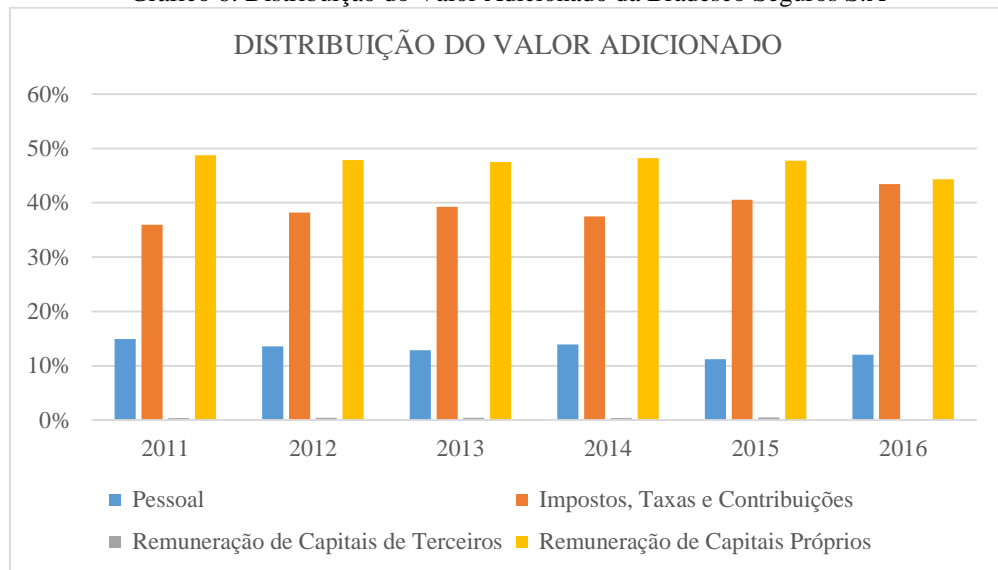
BRADESCO SEGUROS S.A					
Período	Distribuição do Valor Adicionado	Pessoal	Impostos, Taxas e Contribuições	Remuneração de Capitais de Terceiros	Remuneração de Capitais Próprios
2011	6.553.162	978.939	2.356.553	25.062	3.192.608
%	100%	14,94%	35,96%	0,38%	48,72%
2012	7.216.271	977.756	2.754.716	30.484	3.453.315
%	100%	13,55%	38,17%	0,42%	47,85%
2013	7.927.600	1.018.621	3.112.113	33.319	3.763.547
%	100%	12,85%	39,26%	0,42%	47,47%
2014	9.079.326	1.262.845	3.405.539	33.319	4.377.623
%	100%	13,91%	37,51%	0,37%	48,22%
2015	10.001.028	1.120.302	4.056.888	51.168	4.772.670
%	100%	11,20%	40,56%	0,51%	47,72%
2016	9.872.954	1.187.582	4.288.638	20.697	4.376.037
%	100%	12,03%	43,44%	0,21%	44,32%

Fonte: elaboração própria, 2017.

(Valores expressos em milhares de R\$)

Foi possível verificar que o percentual destinado ao Pessoal foi de 14,94% em 2011, diminuiu em 2016 para 12,03% do valor adicionado gerado. Foi constatado que o percentual destinado aos Impostos, Taxas e Contribuições em 2011 foi de 35,96%, aumentando em 2016 para 43,44% do valor adicionado gerado. Foi verificado que o valor destinado a Remuneração de Capitais de Terceiros foi de 0,38% em 2011, diminuindo em 2016 para 0,21% do valor adicionado gerado. Verificou-se que o percentual destinado a remuneração de Capitais Próprios em 2011 foi de 48,72%, em 2016 diminuiu para 44,32% do valor adicionado gerado.

Gráfico 6: Distribuição do Valor Adicionado da Bradesco Seguros S.A



Fonte: elaboração própria, 2017.

Através do Gráfico 6, visualizamos que item com maior percentual do valor adicionado gerado no período de 2011 a 2016 foi o de Remuneração de Capitais Próprios com cerca de 50% do valor adicionado gerado, em segundo lugar para os Impostos Taxas e Contribuições, em terceiro lugar o Pessoal e em último lugar Remuneração de Capitais de Terceiros.

A Tabela 8 demonstra o somatório do valor adicionado distribuído de todas as empresas estudadas.

Tabela 8: Somatório da Distribuição do Valor Adicionado das empresas estudadas.

SOMATÓRIO EMPRESAS					
Período	Distribuição do Valor Adicionado	Pessoal	Impostos, Taxas e Contribuições	Remuneração de Capitais de Terceiros	Remuneração de Capitais Próprios
2011	10.330.290	2.287.557	3.530.197	265.826	4.246.710
%	100%	22,14%	34,17%	2,57%	41,11%
2012	11.448.905	2.497.602	4.077.206	243.394	4.630.703
%	100%	21,82%	35,61%	2,13%	40,45%
2013	15.570.219	2.806.915	4.751.117	-124.465	8.136.652
%	100%	18,03%	30,51%	-0,80%	52,26%
2014	18.719.291	3.104.887	5.968.138	336.966	9.309.300
%	100%	16,59%	31,88%	1,80%	49,73%
2015	21.535.213	3.189.466	7.155.903	427.544	10.762.300
%	100%	14,81%	33,23%	1,99%	49,98%
2016	21.486.236	3.396.975	7.623.610	410.041	10.055.610
%	100%	15,81%	35,48%	1,91%	46,80%

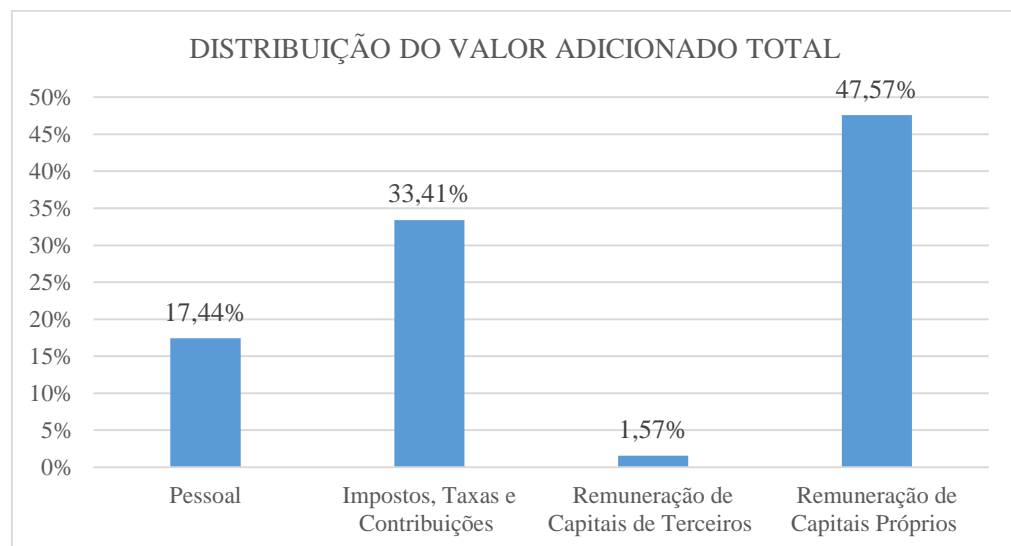
TOTAL	99.090.154	17.283.402	33.106.171	1.559.306	47.141.275
%	100%	17,44%	33,41%	1,57%	47,57%

Fonte: elaboração própria, 2017.

(Valores expressos em milhares de R\$)

Foi possível verificar que o percentual do valor adicionado distribuído destinado ao Pessoal em 2011 foi de 22,14% e que caiu para 15,81% em 2016. Foi constatado que o percentual do valor adicionado distribuído destinado aos impostos, taxas e contribuições em 2011 foi de 34,17% e que diminuiu em 2016 para 35,48%. Foi verificado que o percentual do valor adicionado distribuído destinado a Remuneração de Capitais de Terceiros não teve uma grande oscilação no período analisado. Verificou-se que o percentual do valor adicionado distribuído destinado a Remuneração de Capitais Próprios em 2011 foi de 41,11% e em 2016 foi de 46,80%.

Gráfico 7: Somatório da Distribuição do Valor Adicionado das empresas estudadas.



Fonte: elaboração própria, 2017.

Através do Gráfico 7, visualizamos que item com maior percentual do valor adicionado gerado de acordo com o somatório das empresas estudadas no período de 2011 a 2016 foi o de Remuneração de capitais próprios com 47,57%, seguido dos Impostos, Taxas e Contribuições (Governo) com 33,41%, Pessoal com 17,44% e a remuneração de Capitais de Terceiros com apenas 1,57% sendo o item de menor destinação do valor adicionado gerado.

Foi verificado que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um instrumento capaz de demonstrar a transparência e responsabilidade social das empresas, além de ser uma ferramenta essencial na evidenciação de diversos aspectos, tais como demonstrar a formação da riqueza gerada pelas empresas e como estas estão distribuindo essa riqueza entre os seus agentes internos (Empregados e sócios) e externos (Financiadores e Governo).

É de extrema importância ressaltar que a Demonstração do Valor Adicionado não pode ser confundida com as demonstrações tradicionais, pois estas como a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), cujo o objetivo principal é avaliar qual foi o resultado e de onde foi gerado esse resultado, tinham como objetivo divulgar informações econômicas sobre as empresas quase que exclusivamente para os seus proprietários e para o Governo. Diferente da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) que deve conter o valor da riqueza gerada pela organização, como também a sua distribuição entre os usuários, tanto internos quanto externos que de alguma maneira contribuíram para a geração dessa riqueza, bem como, a parcela da riqueza não distribuída, ou seja, o lucro ou prejuízo que foi retido.

Após ter sido feito um estudo bibliográfico sobre a DVA, por meio de livros e artigos, e uma pesquisa documental, nas demonstrações de valores adicionados disponibilizadas no sítio da CVM e da SUSEP, com objetivo de analisar os indicadores relacionados à produção e distribuição de riquezas e tendo a pesquisa sido caracterizada como descritiva. Verificou-se que a maior parte da riqueza do setor estudado destina-se em primeiro lugar a Remuneração dos capitais próprios, em segundo lugar aos Impostos, Taxas e contribuições, em terceiro lugar ao Pessoal e por último com o menor percentual de destinação a Remuneração de capitais de terceiros. Verificou-se que houve um aumento na capacidade de geração de riqueza no setor de Seguros no período de 2011 a 2016. Foi realizada uma comparação com outros estudos e foi constatado que o item Remuneração de Capitais Próprios aparece em primeiro lugar com maior destinação do valor adicionado distribuído em dois setores, o de Seguros e o de Energia. E o item que foi identificado em dois setores (Energia e Telefonia) com menor destinação foi o de Pessoal, caso a reforma trabalhista seja aprovada pelo Governo atual esse cenário pode piorar.

Ainda que de acordo com a Lei 11.638/2007, artigo 176 esteja explícito que as empresas de capital aberto deverão, obrigatoriamente, apresentar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) a partir do exercício de 2008, houve escassez de informações por parte das empresas do Setor de Seguros, podendo ter prejudicado a pesquisa, no sentido de permitir uma melhor relação de comparabilidade entre os resultados apurados. Portanto, sugiro que novas pesquisas sejam feitas em trabalhos futuros, para que seja possível a generalização das informações relacionadas com a geração de riqueza e como está sendo distribuída através dessa

demonstração e que estejam baseadas em dados de uma amostra maior e que permitam coletar e registrar dados em grande quantidade.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, W. R. Balanço Social: **Demonstração Contábil ou Marketing Corporativo? Um estudo Exploratório Sobre a Percepção das Empresas do Estado de São Paulo.** Dissertação de Mestrado, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2006.
- ANDRADE, M. E. M. C. Demonstração do Valor Adicionado em empresas geradoras e transmissoras de energia. In: **Congresso Brasileiro de Custos, 2015, Florianópolis XXII, Anais...** 11 e 13 de nov., p. 01-13, 2015.
- ARNOSTI, J. C. M. Balanço Social: Em busca da Empresa Cidadã. In: **Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000, Goiânia XVI, Anais...** 15 a 20 de out., p. 01-25, 2000.
- AZEVEDO, O. R. DFC e DVA: Demonstração dos Fluxos de caixa e do Valor Adicionado. 2. ed. São Paulo: **IOB**, 2009.
- BB Seguros Participações S.A. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page3,500148,500156,21,0,1,1.bb>>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- BERNARDO, D. C. R.; PEREIRA, N. C.; ÁVILA, R.C.; SALAZAR, G.T. Perfil das companhias de capital aberto no Brasil quanto a adoção de práticas de responsabilidade social. In: **SEMEAD, IX, Anais...** 10 e 11 de ago., p. 01-14, 2006.
- BEZERRA, R. B. **Responsabilidade social corporativa: uma proposta metodológica para orientação de iniciativas.** Dissertação (Mestrado em Planejamento energético) -Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- BM&FBOVESPA. **Bolsa de Valores de São Paulo.** Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- BRADESCO SEGUROS S.A. **Demonstrativos Financeiros.** Disponível em: <<http://www.bradescoseguros.com.br/wps/portal/TransforDigital/Site/SobreaBradescoSeguros/DemonstrativosFinanceiros>>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- CALIXTO, L. Responsabilidade Social Corporativa no Brasil: Um Estudo Longitudinal. **XXXI Encontro da ENANPAD**, Rio de Janeiro, 2007.
- CARDOSO, T. L. et al. Distribuição de Riqueza aos Agentes Econômicos: Um Olhar sobre a DVA. **XII Congresso USP Iniciação Científica em Contabilidade**, 2015.
- CARVALHO, C. S. et al. Balanço social: características, uso e resultados obtidos pela Caixa Econômica Federal no triênio 2005/2007. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 13, n. 18, p. 7–16, 2010.

CATAPAN, A.; BARROS, C. M. E.; TEODORO, J. D. Valor Adicionado: Tendências Metodológicas e Temáticas Adotadas no Período 1970-2010. **Anais do XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, 2011.

CHAN, B. L.; SILVA, F. L. Análise dos impactos da privatização na distribuição de riqueza a partir da demonstração do valor adicionado. **Revista Universo Contábil**, v. 3, n. 1, p. 06-21, 2007.

CNSEG. **Confederação Nacional das Seguradoras**. Disponível em: <<http://www.cnseg.org.br/cnseg/home.html>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

COELHO, F. S., DUTRA, R. G. e CARDOSO, R. L. Evidenciação do Investimento no Social e no Ambiental. **Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: ano III, n.º 09, agosto/outubro de 2000.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 09: Demonstração do Valor Adicionado**. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

CONCEIÇÃO, S. H. DA et al. Fatores determinantes no disclosure em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): um estudo qualitativo e quantitativo com empresas listadas na Bovespa. **Gestão & Produção**, v. 18, n. 3, p. 461–472, 2011

CORRÊA, M. D. F. **A Evolução da Demonstração do Valor Adicionado no Brasil**. 2010. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COSENZA, J. P.; VIEIRA, S. M. Utilidade da Demonstração do Valor Adicionado na Evidenciação do Valor Econômico das Empresas. **Registro Contábil**, v. 4, n. 1, p. 127–140, 2013.

COSTA, C. L. O.; GUIMARÃES, T. R.; MELLO, L. C. B. B. Os possíveis benefícios gerados pela obrigatoriedade da publicação da demonstração do valor adicionado pelas empresas de capital aberto. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 18, n. 3, p. 77-93, set. /dez. 2013.

COSTA, C. S.; VISCONTI, G. R.; AZEVEDO, C. B. de. **Balço social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa**. Relato Setorial nº 2 - AS/GESET (março, 2000). Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/vanityurl/conhecimento/relato/social02.pdf>> . Acesso em: 10 Abril. 2017.

CUNHA, J. V. A. da. **Demonstração contábil do valor adicionado – DVA: Um instrumento de mensuração da riqueza das empresas para os funcionários**. São Paulo, 2002, Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Programa de pós-graduação em ciências contábeis, Departamento de contabilidade e atuária, Faculdade de Economia, Administração e contabilidade, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/> Acesso em: 21/04/2017

CUNHA, J. V. A.; DE LUCA, M. M. M.; RIBEIRO, M. S. A economia das empresas nos governos FHC e Lula: uma análise a partir da demonstração do valor adicionado. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 5, n. 1, p. 47-64, 2013.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, A. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista de Contabilidade & Finanças – USP**, n. 37, p. 7-23, 2005.

CVM. **Comissão de Valores Mobiliários**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

DE LUCA, M. M. M. et al. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. 163 p.

DIAS, S. A. **Demonstração do Valor Adicionado: Um estudo da distribuição do valor agregado nas dez maiores empresas distribuidoras de energia elétrica do Brasil**. Florianópolis: UFSC, 2015.

FENACOR. **Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros**. Disponível em: <<http://www.fenacor.org.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

FREGONESI, M. S. F. do A. **Investimentos socioambientais na demonstração do valor adicionado: formação ou distribuição do valor adicionado**. Dissertação de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2009.

FREY, I. A.; FREY, M. R.; RODRIGUES, T. de B. Demonstração do Valor Adicionado: um estudo sobre o valor distribuído pelo segmento de bancos da BM&F BOVESPA. **Revista Razão Contábil & Finanças**, v. 4, n. 2, p. 118–137, 2014.

GODOY, M. **As divergências e convergências nas informações disponibilizadas no balanço social entre os três modelos utilizados no Brasil**. 2007. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

HOLANDA, V. B. Contabilidade: A Cibernética Empresarial Demonstração do Valor Adicionado: um estudo sobre o valor distribuído pelo segmento de bancos da BM&F BOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI – FEA - USP**, v. 14, n. 25, p. 42-59, 2001.

INSTITUTO ETHOS, **Balanço Social**. Disponível em <http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3344&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>. Acesso em abr de 2017.

IUDICIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: (aplicável também às demais sociedades)**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LIGUORI, L. de A. L. **Demonstração do valor adicionado – DVA: utilização como ferramenta na medição da riqueza no setor de aviação comercial no Brasil**. 2016. 45 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

LIMA, H. M. O.; PINHEIRO, H. M. B. Responsabilidade social da contabilidade: uma proposta de balanço social como instrumento de apoio á gestão do desenvolvimento local. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Custos**. Porto Seguro, 2004.

LOPES DE SÁ, A. **Contabilidade e Balanço Social**. Disponível em <<http://www.lopesesa.com.br/contabsoc.htm>>. Acesso em 17 de abril de 2017.

MARTINS, A. S. R. et al. A percepção contábil nos indicadores sociais e econômicos da petrobras – petróleo brasileiro s/a com o auxílio do balanço social e demonstração do valor adicionado (DVA). **ISCA**, v. 10, p. 21, 2014.

PEROTTONI, M. A. Balanço Social. In: **VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul - Profissão Contábil: o Futuro Hoje, 2001, Gramado, RS, Anais**. Gramado: CRCRS, 2001, p. 101-114, v.1.

PINTO, L. J. S.; FREIRE, F. S. Análise do valor adicionado e de sua distribuição: um estudo nos bancos listados na Bovespa com uso da Anova. **Revista Reflexão Contábil**, v. 32, n. 1, p. 65- 75, 2013.

QUEIROZ, R. L. SILVEIRA e QUEIROZ, ELISEU S. Q. A contabilidade como um instrumento de gestão ambiental e empresarial, e sua contribuição à melhoria da qualidade de vida planetária. **Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: ano III, n. ° 09, agosto/outubro de 2000.

QUINTANA, A. C.; MARTINS, A. S. R. Demonstração do Valor Adicionado: Contribuindo para o Desenvolvimento Econômico Social das Empresas. **Anais do 2º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica em Contabilidade**. Florianópolis, 2008.

SANTOS, A. D.; HASHIMOTO, H. Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre carga tributária. **Revista de Administração**, v. 38, n. 2, p. 153-164, 2003.

SANTOS, A. Demonstração do Valor Adicionado: como elaborar e analisar a DVA. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. 268 p.

SANTOS, A. Demonstração do Valor Adicionado: como o elaborar e analisar a DVA. -- São Paulo: Atlas, 2003. 17 p.

SANTOS, M. I. DA C.; SILVA, M. S. DA. Utilização da Demonstração do Valor Adicionado-DVA como Ferramenta na Medição da Riqueza no Setor de Telefonia no Brasil. **Pensar Contábil**, v. 11, n. 46, p. 39–45, 2010.

SÉRGIO de, MARION, Ernesto. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002 KOHAMA

SILVA, G. DA; BARBOSA, A. L.; FERREIRA, J. L. D. Demonstração do Valor Adicionado: Análise Comparativa de empresas de capital aberto do setor bancário e de construção civil. **Journal of Chemical Information and Modeling**, v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 2013.

SOUSA, G. R. et al. Balanço Social: um estudo comparativo de duas instituições bancárias brasileiras. **FAE**, v. 15, p. 116–133, 2012.

SOUZA, A. L. de. **Balanço Social de Instituições Financeiras, Evidenciação da Responsabilidade Social e a Relação com a Cotação de Ações Negociadas em Bolsa de Valores: Um Estudo Multicasos**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SUSEP. **Superintendência de Seguros Privados**. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/mercado-supervisionado/entidades-supervisionadas/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

TINOCO, J. E. P.; MORAES, P. B. Uso da Demonstração do Valor Adicionado–DVA, como ferramenta de medição da carga tributária no Brasil. **Revista eletrônica de Gestão de Negócios–eGesta**, v. 4, n. 1, p. 1–32, 2008.

TINOCO, J. E. P. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001. 243 p .

UNITED NATIONS. **Guidance on corporate responsibility indicators in annual reports**. **United Nations**: New York and Geneva, 2017. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/iteteb20076_en.pdf>

VASCONCELOS, A. C.; BRANDÃO, J. W.; AQUINO, R. R. N.; MIRANDA, R.; O.; DE LUCA, M. M. M. Distribuição do valor adicionado com os empregados nas empresas indicadas como as melhores para se trabalhar. In: **Congresso USP de controladoria e contabilidade, 13., 2013, São Paulo. Anais...** São Paulo: USP, 2013.

WINK, E. Demonstração Do Valor Adicionado (DVA): Distribuição De Riqueza Ao Pessoal E Aos Capitais De Entidades Dos Setores. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 5, n. 3, p. 61–80, 2015.